

Problemas de desenvolvimento: reflexões e desafios Hélio Braga Filho

Como citar: BRAGA FILHO, Hélio. Problemas de desenvolvimento: reflexões e desafios. *In:* FADEL, Bárbara. (org.). **Desenvolvimento regional:** debates interdisciplinares. Marília: Fundepe; Franca: Uni-Facef; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 11-42. DOI: <https://doi.org/10.36311/2009.978-85-7983-048-8.p11-42>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES E DESAFIOS

Hélio Braga Filho

Questões Preliminares

A população total do planeta Terra passou de 540 milhões no ano de 1650, para 6 bilhões de habitantes no ano de 2000. Em termos de distribuição espacial, mais de 80% da população mundial localiza-se nas grandes áreas continentais da Ásia, África, Índia e América Latina.

Essas mesmas áreas, até poucas décadas conviviam com elevadas taxas de crescimento demográfico, de analfabetismo e, de mortalidade infantil, sem contar ainda com a precariedade das condições de habitação, saneamento básico, educação, saúde, entre tantos outros problemas. Classificados pela literatura econômica como regiões subdesenvolvidas, essas economias apresentavam um quadro de debilidades estruturais ainda mais grave traduzido pelos baixos níveis de poupança e investimentos; baixos níveis de renda per capita e reduzidos níveis absolutos de consumo global e por habitante; baixos níveis de escolaridade e de produtividade do trabalho; expressiva participação do setor primário na composição do produto total da economia e fraca inserção no comércio internacional.

Nos últimos trinta anos (1970 – 2007), importantes modificações na estrutura da economia de países como o Brasil, China e Índia ocorreram. De acordo com a ONU – *United Nations Statistics Division – National Accounts* – a participação da agricultura no PIB desses mesmos países reduziu-se de 12%, 35% e 44% em 1970, para 6%, 12% e 18% em 2007, respectivamente,

conquanto, aumentaram as contribuições das indústrias extrativas e de transformação e o segmento de serviços.

As exportações dos países subdesenvolvidos além de tímidas em termos monetários, concentravam-se em poucos produtos de baixo valor agregado e destinavam-se a poucos países. Por sua vez, as importações desses mesmos países via de regra constituíam-se de produtos de maior valor agregado, resultando daí em deterioração dos termos de comércio e desequilíbrios das contas externas, além do que, o reduzido estoque de capital por unidade de trabalho, a adoção de técnicas rudimentares e de tecnologia obsoleta, mais o emprego de uma força de trabalho de baixo nível instrucional e de pouca qualificação, refletiam os baixos níveis de produtividade e da reduzida capacidade de oferta.

Outras importantes mudanças processaram-se na estrutura da demanda agregada nas economias do Brasil, China e da Índia. Segundo a mesma base de dados da ONU: no Brasil, as exportações de 7% em 1970, passaram a representar 14% em 2007, os investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF) de 19%, recuaram para 18%; na China, as exportações aumentaram de 24% para 41% e os investimentos, de reduzidos 3%, saltaram para 41%; e, na Índia, as exportações de 4%, somaram 22%, enquanto os investimentos ampliaram-se de 16% para 32%.

Já os países industrializados e desenvolvidos configuravam um quadro estrutural diferente. As reduzidas taxas de crescimento demográfico, de analfabetismo e de mortalidade infantil somadas às condições favoráveis de habitação, educação e saúde públicas, saneamento básico, etc, refletiam o elevado padrão de desenvolvimento dessas sociedades. As economias desses países destacam-se em razão da adoção de modelos de gestão e do emprego de estratégias de desenvolvimento industrial mais modernas e arrojadas, evidenciando o vigor e o dinamismo de suas empresas. A sua expressiva participação no comércio internacional decorre também da existência de uma robusta base tecnológica resultante dos esforços e do progresso continuado

alcançados nas áreas de C&T (Ciência e Tecnologia) e dos gastos expressivos das empresas nas atividades de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) enquanto atividades desenvolvidas pelas esferas de governo e pela própria iniciativa particular.

Nos países industrializados e desenvolvidos – França, Alemanha, Itália, Japão, Suécia, Suíça, EUA e Reino Unido – a participação em 2007 do setor primário no PIB, oscilava entre 1% a 2%, conquanto as indústrias extrativas e de transformação com diferentes percentuais, juntamente com o setor de serviços, representavam a quase totalidade do produto dessas economias.¹

Após a 2ª Guerra Mundial, ao tomarem os países subdesenvolvidos consciência do fosso que os separava dos países industrializados e desenvolvidos, perceberam a grandeza do esforço a ser empreendido. Não resta dúvida de que os governos de países considerados atrasados e subdesenvolvidos se empenharam para superar esta condição e, principalmente, reduzir a distância que separava estas nações do mundo desenvolvido.

Tabela 1: Brasil, China e Índia segundo relação com o PIB per capita mundial – 1970 e 2007.

PAÍSES E ÁREA	PIB per Capita		RELAÇÃO c/ MUNDO	
	Em US Dollars		(diferença em proporção)	
	1970	2007	1970	2007
MUNDO	885	8,191	-	-
BRASIL	441	6,852	2,006	1,195
CHINA	112	2,604	7,901	3,145
ÍNDIA	112	976	7,901	8,392

Fonte: United Nations Statistics Division – National Accounts, Elaborada pelo autor.

¹ Indústrias Tradicionais: alimentos; bebidas; tabaco; têxteis; roupas; calçados; moveis e madeira. Indústrias Modernas: Fabricação de metal; equipamento elétrico; equipamento de transportes; produtos químicos.

O PIB per capita brasileiro em 2007 comparativamente ao seu valor em 1970, aumentou de 15,53 vezes, o da China em 23,25 e o da Índia em apenas 8,71 vezes. Em relação ao PIB per capita mundial é notória a redução da distância que separava a China do resto do mundo, enquanto no caso da Índia aconteceu o inverso, isto é, aumentou, no Brasil, a redução, foi bem mais moderada. Por sua vez, o fosso social que existia entre Brasil, China e Índia com os países mais desenvolvidos do capitalismo industrial cêntrico, diminuiu de forma bem heterogênea com a globalização.

Tabela 2: Brasil, China, Índia e países desenvolvidos segundo PIB per capita – 1970 e 2007.

PAÍSES	PIB per Capita (US Dollars)	
	1970	2007
BRASIL	441	6,852
CHINA	112	2,604
ÍNDIA	112	976
FRANÇA	2,831	40,090
ALEMANHA	2,672	40,162
ITÁLIA	2,030	35,585
JAPÃO	1,945	34,225
SUÉCIA	4,407	49,873
SUIÇA	3,696	56,579
REINO UNIDO*	2,223	45,549
EUA	4,878	45,047

Fonte: United Nations Statistics Division – National Accounts, Elaborada pelo autor.

* Inclusive: Great Britain and Northern Ireland.

Mesmo entre os países desenvolvidos e industrializados o PIB per capita aumentou – em 2007 comparativamente ao ano de 1970 – de forma bem

diferenciada. Para a Alemanha, e Suíça, e Itália e Japão, o PIB por habitante registrou aumento bem mais homogêneo, na Suécia e na França os acréscimos foram menores, no Reino Unido o PIB per capita aumentou de 20,48 vezes e, nos EUA, este mesmo indicador contabilizou o menor aumento, 9,23 vezes.

Tabela 3: Brasil, China e Índia segundo relação com o PIB per capita de países desenvolvidos – 1970 e 2007.

PAÍSES	RELAÇÃO com o PIB per capita					
	BRASIL		CHINA		ÍNDIA	
	1970	2007	1970	2007	1970	2007
FRANÇA	6,42	5,85	25,27	15,39	25,27	41,08
ALEMANHA	6,06	5,86	23,86	15,42	23,86	41,15
ITÁLIA	4,60	5,19	18,12	13,67	18,12	36,46
JAPÃO	4,41	4,99	17,37	13,14	17,37	35,07
SUÉCIA	9,99	7,28	39,35	19,15	39,35	51,09
SUIÇA	8,38	8,26	33,00	21,73	33,00	57,97
REINO UNIDO	5,04	6,65	19,85	17,49	19,85	46,67
EUA	11,06	6,57	43,55	17,29	43,55	46,15

Fonte: United Nations Statistics Division – National Accounts, Elaborada pelo autor.

Decorridos trinta e sete anos, ainda se pode constatar, que as diferenças entre os países do Primeiro Mundo com aqueles que passaram a figurar o bloco das economias emergentes continuam em boa medida bem acentuadas. Muito embora, no Brasil as alterações foram pouco significativas, para a China, constata-se expressiva redução, porém, em relação à Índia, a situação deteriorou-se profundamente. Entre outros fatores, a redução destas diferenças condiciona-se em grande medida ao crescimento econômico, desde que a sua expansão esteja associada a uma melhor distribuição do produto entre os membros da sociedade. No entanto, convém ressaltar que

nas últimas décadas, o comércio internacional cresceu a taxas bem superiores às taxas de crescimento econômico, além do que, por este importante corredor, passou a circular um fluxo enorme de mercadorias com maior conteúdo tecnológico.

Tabela 4: Mundo, Brasil, China e Índia segundo a estrutura de comércio – 1990 e 2005.

PAÍSES / ÁREA	ESTRUTURA DE COMÉRCIO									
	Importações de bens e serviços (% do PIB)		Exportações de bens e serviços (% do PIB)		Exportações de Produtos (% das exportações de mercadorias)					
					Primários		Manufaturados		Alta Tecnolog.	
	1990	2005	1990	2005	1990	2005	1990	2005	1990	2005
BRASIL	7	12	8	17	47	46	52	54	7,1	12,8
CHINA	16	32	19	37	27	8	72	92	6,1	30,6
ÍNDIA	9	24	7	21	28	29	70	70	2,4	4,9
MUNDO	19	26	19	26	26	21	72	75	17,5	21,0

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 2007 / 2008 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento / PNUD, Elaboração do autor.

No Brasil, muito embora o setor exportador tenha alcançado inquestionável destaque no comércio internacional, a participação das exportações brasileiras no comércio mundial ainda é bem reduzida comparada com a China, Coréia do Sul, Hong Kong, Cingapura e Taiwan. Por outro lado, enquanto as exportações chinesas de produtos manufaturados e de produtos de alta composição tecnológica superam com larga vantagem a de produtos primários, as exportações brasileiras configuravam expressiva participação dos produtos primários – o que reforça o caráter da

especialização regressiva do setor exportador do país – como o da reduzida contribuição dos produtos de alta intensidade tecnológica.

De acordo com o estudo “Inovação Tecnológica no Brasil” organizado pela ANPEI – CNPq, [...] enquanto nos EUA os investimentos em P&D, aumentaram 2,7% a.a, e na UE 3.3%, na China o crescimento foi de quase 20% e na Coreia do Sul de 6% a.a. (BRAGA FILHO, 2009).

Não obstante, segundo estatísticas do CNPq referentes aos anos de 2002 e 2003, em países como Alemanha, Canadá, China, Cingapura, Coreia, EUA, França, Israel, Japão, Reino Unido, etc., os dispêndios nacionais do setor empresarial nas atividades de P&D nesses países, superavam em muito os percentuais registrados no Brasil.

Mediante la innovación es posible crear nuevos patrones de aprendizaje y nuevos mercados, dando lugar a una estrecha relación entre los ciclos prolongados de crecimiento y el surgimiento de un conjunto de innovaciones encadenadas, con fuertes efectos de arrastre e interconexiones entre diversos sectores. El potencial de impulsar el desarrollo de los distintos países depende en gran medida de su capacidad de participar en este tipo de ciclos y de las oportunidades que ofrece la transformación productiva, incorporando las innovaciones de procesos y productos en las empresas y sectores [...].²

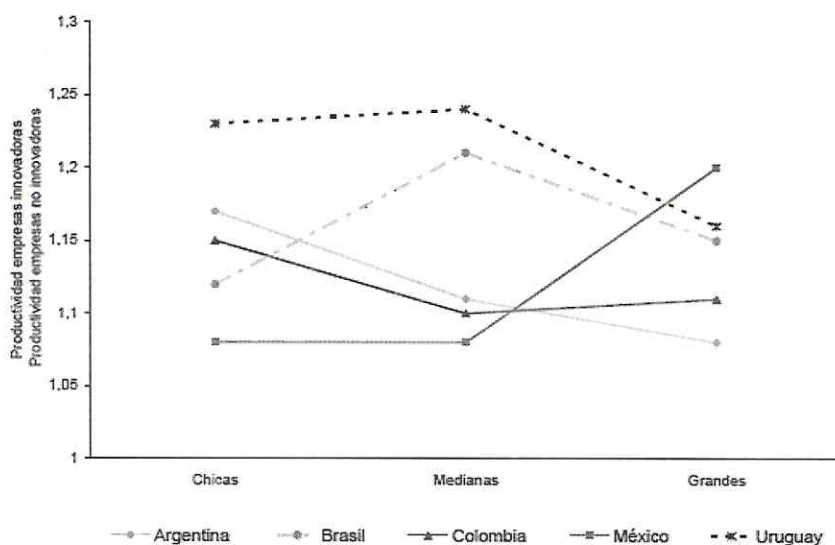
Vale lembrar, que estudos não tão recentes já evidenciavam a importância e o peso que o comércio internacional assumira no tocante ao crescimento econômico, notadamente em razão da demanda mundial declinar considerável tendência de expansão por produtos de maior composição tecnológica. Diante disto, o crescimento e o desenvolvimento econômico ficam em boa medida condicionados à capacidade das empresas de

² La Transformación Productiva 20 Años después. Viejos Problemas, Nuevas Oportunidades. Cap III – Innovación y Desarrollo económico. CEPAL (Comissão Económica para a América Latina). – Santiago do Chile, Naciones Unidas, Mayo de 2008. p. 113.

promoverem por intermédio das atividades de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) inovações tanto em processos como em produtos.

Ademais, a globalização das economias e dos mercados, aumentou de forma intensa a concorrência inter-capitalista, motivo pelo qual a sobrevivência e a permanência das empresas no mercado não mais dependiam tanto das vantagens comparativas tradicionais, mas, sim, da obtenção de vantagens comparativas dinâmicas, principalmente no que diz respeito à conquista de novos mercados.

Gráfico 1: América Latina (5 países): Diferencias de Productividad entre Empresas Innovadoras y no Innovadoras



Fonte: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de las encuestas nacionales de innovación.

Convém ressaltar que o papel desempenhado pelas inovações – sejam em processos, ou em produtos – não se limita apenas em reforçar ou, sustentar as bases da competitividade microeconômica, quer seja enquanto

estratégia diferenciada de concorrência, quer seja enquanto fundamento aplicado para somente assegurar contínua acumulação de capital. Mesmo porque a competitividade econômica, deve estar diretamente associada a outros fundamentos, sobressaindo-se na dimensão social a capacidade de aumentar a qualificação e as condições de vida dos trabalhadores.

A construção da competitividade coetânea à 3ª Revolução Industrial, não pode prescindir de *fundamentos sociais*, como educação básica universalizada, elevada qualificação da força de trabalho, novas formas de organização do processo de produção, relações de trabalho cooperativas e mercados que exigem qualidade. Em suma, fundamentos que significam um mínimo de equidade na sociedade. De outro lado, é essencial reconhecer que os processos espontâneos de busca da competitividade, através do jogo das forças de mercado, tendem a provocar efeitos adversos em matéria de emprego e salários (e, portanto de equidade social).³

No que diz respeito à promoção do desenvolvimento econômico e social, os desafios a serem enfrentados assumem elevado grau de complexidade e considerável ordem de grandeza, ainda mais, quando, sob o imperativo do livre jogo das forças de mercado, a competição entre os participantes se torna mais aguda e a lógica dominante se baseia na racionalidade micro do cálculo econômico. Assim, compatibilizar eficiência econômica com certa equidade social e preservação ambiental, requer notável esforço dos governantes e de efetiva capacidade de cooperação e articulação dos atores sociais pertencentes à sociedade civil.

Destaca-se ainda que as aspirações das sociedades em larga escala por maior igualdade, justiça e liberdade, caso não sejam devidamente

³ COUTINHO, Luciano & FERRAZ, João Carlos. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. – Campinas, SP: Papirus, 1994, p. 95.

atendidas, colocam em risco a própria democracia o que requer senão contínuo aperfeiçoamento das suas mesmas instituições.

O problema fundamental das democracias capitalistas, na fase de incorporação das massas trabalhadoras ao processo político, consiste em permitir o avanço da representação popular sem que isso comprometa o marco institucional básico em que se abrigam os privilégios da classe dirigente. O manejo desse problema exige grande habilidade política dos líderes dessa classe. (...) Quanto mais ampla a base de um governo representativo, mais este estará em condições de captar as tensões sociais criadas pelos obstáculos ao desenvolvimento e traduzi-las em linguagem política. Por esta forma, abre-se caminho para o debate e a identificação de denominadores comuns que permitirão somar forças capazes de impor uma solução com o mínimo de dano para o marco institucional. Este caminho, entretanto, somente é acessível quando já se alcançou elevada representatividade no governo dos grupos econômicos e sociais de maior relevância. Sendo limitada ou insuficiente essa representatividade, escassa é a aptidão do Governo, através de seu órgão político principal, que é o legislativo, para captar em tempo oportuno aquelas tensões sociais. Neste caso, é de esperar que ocorram eclosões de forças reprimidas, levando a soluções políticas extralegais. Na quase totalidade das democracias capitalistas, as transformações de maior relevância no marco institucional têm sido realizadas por processos políticos extralegais, isto é, por movimentos revolucionários.⁴

Em se tratando de um país como o Brasil, dadas as suas proporções continentais, assim como sua heterogeneidade étnica, cultural, econômica e social, romper com o atraso secular e promover o seu desenvolvimento, sobretudo pelas vias de um processo democrático, requer

⁴ FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. 2.ed. – Rio de Janeiro, Portugal: Editora Fundo de Cultura S.A., 1964. p. 73 – 74.

sem dúvida “grande habilidade política dos líderes da classe dirigente”. Assim, “limitar e/ou tornar insuficiente” a base de um governo, pode ou poderá não se traduzir na eclosão de “movimentos revolucionários”, mas provavelmente poderá resultar do distanciamento, da apatia e do desinteresse de importantes grupos representativos da sociedade civil. Do mesmo modo, limitar a base de um governo a uma casta de poucos privilegiados significa opugnar as potencialidades e o gênio criativo do próprio homem.

Assim, não basta promover o crescimento do produto da economia e suprir com abundância de bens as necessidades materiais, pois o desenvolvimento do homem demanda sobremaneira o exercício da liberdade e a garantia de sua plena cidadania.

Brasil: desenvolvimento industrial e urbanização

A partir de 1930, o Governo brasileiro rompe com o modelo de dependência clássica baseado na atividade agrícola-exportadora e inaugura uma nova etapa de desenvolvimento econômico cuja liderança passaria a ser exercida pela indústria.

A industrialização baseada no modelo substitutivo de importações promoveu importantes mudanças na estrutura da economia e da indústria, na estrutura social e política do país.

Na economia, a partir de 1940, a composição do PIB descreve progressiva redução da contribuição do setor agropecuário e crescente aumento da participação da indústria e dos serviços, denotando assim, nítida mudança na composição estrutural da economia. No âmbito da indústria, podemos vislumbrar suave mudança na estrutura do produto industrial traduzida pela elevação do percentual de participação do setor dinâmico em detrimento da redução da participação do setor da indústria tradicional, isto já entre 1960 e 1970. Ressalta-se ainda que a industrialização passou a requerer

novas categorias profissionais – administradores, empresários, técnicos, economistas, capitalistas, tecnoburocratas, etc – emergindo daí novas classes sociais. O poder político até então conferido à elite agrária, desloca-se para o baronato da indústria.

A crescente participação da indústria na economia e o progressivo declínio do setor agrícola, tanto no que tange à sua contribuição no PIB, quanto na absorção da força de trabalho, promoveram concomitantemente o êxodo rural e intenso movimento migratório no sentido campo-cidade.

Na sua fase inicial, a industrialização brasileira configurou acentuada concentração da atividade industrial no eixo Rio-São Paulo, enquanto os empregos na indústria de transformação concentravam-se nas empresas de médio e grande porte. Daí o porquê dos fluxos migratórios direcionarem-se para as áreas metropolitanas e mais dinâmicas do país.

Essa expansão urbana, embora em alto ritmo, foi de certa forma suportável, até meados da década. Contudo, a ausência de um planejamento eficaz, a crise econômica que se manifesta entre 1962 e 1967 e a postura autoritária do Estado, relegando a segundo plano as questões atinentes aos problemas sociais, permitiram que essa urbanização se desse de forma desorganizada, gerando aquilo que se convencionou chamar de “problema urbano”, ou seja, uma carência, a deficiência de infra-estrutura e de atendimento às demandas sociais urbanas. O fenômeno não se restringiu à São Paulo, atingindo os principais centros urbanos do país.

À medida que avançássemos na década de 70, mudaria a adjetivação: do “problema urbano” passaríamos, rapidamente para o “caos urbano”.⁵

⁵ CANO, Wilson. *Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento*. Revista de Economia Política – São Paulo: Brasiliense, vol. 9, nº 1, Janeiro-março/1989.

De fato, o aumento dos custos de aglomeração apontava para a necessidade de desconcentração da atividade industrial, sobretudo da área metropolitana de São Paulo.

Embora a ‘mania’ descentralizadora em São Paulo já existisse desde o início da década de 70, através de políticas estaduais persuasivas, será na segunda metade da década que ganhará maior ímpeto a transferência e/ou localização industrial interiorizada em São Paulo. (...) A “industrialização interiorizada” contou ainda, a seu favor, com o beneplácito de vários municípios, que formularam políticas atrativas de investimentos de diversas modalidades: barateamento do custo de terreno e/ou infra-estrutura, distritos industriais, incentivos fiscais, etc.

Sob o ponto de vista do empresário privado, é verdade que o aumento dos custos de aglomeração na Grande São Paulo teria sido um fator importante para a decisão de se transferir para o interior.⁶

A adjetivação “caos urbano” é derivada do agravamento dos problemas econômicos, sociais, ambientais e urbanos nas grandes áreas metropolitanas do país, sobressaindo a Grande São Paulo.

O aumento do custo de transporte e o conseqüente aumento do tempo de deslocamento residência-trabalho, a ampliação da frota de veículos resultando daí o aumento da poluição ambiental, congestionamentos e acidentes de trânsito são apenas alguns dos ingredientes do caos urbano. A produção crescente de lixo (residencial, industrial, hospitalar, etc.), o consumo também crescente de água e de energia elétrica, o desemprego entre os jovens na faixa de 14 a 25 anos de idade, a marcante escalada da violência urbana, entre outros, retratam a outra face do caos urbano nas áreas metropolitanas e aglomerações de grande e médio portes.

Os últimos dados censitários estão revelando que continua de forma intensa, a migração rural-urbana em

⁶ CANO, Op. Cit; p. 75

quase todos os países da América Latina. As grandes tensões sociais, que se supunha existirem no campo, estão sendo aparentemente levadas pelos migrantes às cidades. A população urbana cresce aos saltos, os serviços urbanos, principalmente o da habitação, atendem cada vez mais precariamente as necessidades do público, e os sinais exteriores de miséria – mendicância, prostituição, comércio ambulante etc – se multiplicam. (...) Há os que atribuem os “males” da urbanização ao excessivo crescimento demográfico, a falta de reforma agrária ao caráter demasiadamente avançado da tecnologia industrial e assim por diante.⁷

De 1940 a 2000, a população brasileira praticamente quadruplicou-se e, sua concentração na área urbana, isto é, nas cidades, contribuiu ainda mais para o agravamento do problema urbano. Por sua vez, acrescenta-se ainda o fato de que a industrialização brasileira, notadamente o modelo de desenvolvimento vigente entre 1930-1961, baseou-se no aumento da relação capital/produto, na urbanização e ampliação do mercado doméstico de consumo. O crescimento demográfico se fazia de certo modo mister, pois, garantiria o suprimento do mercado de trabalho e ampliaria o mercado de consumo, o qual, por seu turno, possibilitaria a utilização mais eficiente das plantas industriais instaladas e a geração de excedente econômico necessário e requerido para novas inversões.

A “industrialização interiorizada” ou ainda, a “interiorização do desenvolvimento” promoveu a desconcentração industrial da Grande São Paulo e a realocização industrial dela derivada reverteu o fluxo migratório para o interior paulista.

Na década de 1990, o intenso processo de reestruturação produtiva pelo qual passou a indústria brasileira, produziu novo movimento de realocização espacial, modificando sobremaneira a espacialidade da

⁷ SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 14 ed. – São Paulo: Contexto, 1998. p.63.

indústria, dos investimentos, do VTI (Valor da Transformação Industrial) e dos empregos.

A taxa de crescimento populacional, muito embora reduziu-se – referimo-nos à taxa de crescimento geométrico médio anual – de 2,39% na década de 1940 para 1,89% na década de 1990, não mitigará os problemas urbanos e sociais.

Transparece que a taxa de crescimento da oferta de mão-de-obra nas duas décadas será expressivamente maior do que a taxa de crescimento da população total em todas as regiões e áreas.

A população nacional economicamente ativa será de 76 milhões de pessoas no ano 2000 e 88 milhões em 2010, refletindo uma demanda de 15,1 milhões de empregos durante 1990-2000 e de 13,6 milhões na primeira década do século XXI, só por causa do crescimento demográfico, (...) Em decorrência do processo de urbanização e das migrações rural-urbanas, a totalidade dessa demanda ocorrerá no meio urbano porque a PEA rural decrescerá durante os vinte anos.⁸

A questão demográfica e da urbanização, dada a sua complexidade, deve no curto e a longo prazos, receber atenção especial dos gestores públicos, privados, como também, da sociedade em geral, principalmente no que se refere aos municípios de médio e grande porte.

Mais de 80 por cento da população mundial vive em países em que as diferenças de rendimento estão a aumentar. Como conseqüência, é necessário um maior crescimento para que se consiga alcançar resultados equivalentes no que respeita a redução da pobreza. De acordo com uma análise, os países em vias de desenvolvimento terão de crescer acima de três vezes mais relativamente aos valores do período anterior a 1990 para atingirem a mesma redução na incidência de

⁸ COSTA, Manoel Augusto. O problema demográfico e as migrações internas. In: *Estratégia social e desenvolvimento*. João Paulo dos Reis Velloso (coord.). Fórum Nacional – Rio de Janeiro: José Olympio, 1992. p. 98.

pobreza. [...]. Num mundo cada vez mais urbano as disparidades entre as populações rurais e urbanas continuam a ser assinaláveis. [...]. Contudo, o urbanismo não é sinônimo de progresso humano. O crescimento de bairros urbanos degradados está a suplantar o crescimento urbano por uma larga margem.⁹

É oportuno observar que segundo projeções feitas pela ONU – PNUD, para o ano de 2015 a população brasileira residente na área urbana, deverá representar 88,2% da população total de residentes no país.

Em termos demográficos, ainda que a taxa geométrica de crescimento em ritmo progressivamente cadente possa significar algo positivo, convém ressaltar que a diminuição da base, isto é, da população pré-produtiva, coincide com progressiva dilatação do topo, ou seja, da população pós-produtiva. Assim, se por um lado, deverá reduzir a demanda por investimentos públicos para atender às necessidades da população mais jovem, por outro lado, aumentará a demanda por serviços públicos de transporte, saúde, lazer, cultura, etc., direcionados à população idosa.

No entanto, vale lembrar que se a profecia de fato se realizar, isto é, se o crescimento de bairros já degradados superar o crescimento urbano, a tendência para o futuro próximo será senão de imoderado aumento da vulnerabilidade das populações carentes que já se encontravam em situação de assinalável vulnerabilidade social, cuja exposição ao risco – violência, tráfico, drogadização, prostituição, alcoolismo, etc. – já era preocupante.

Além do mais, nestas áreas do território urbano a falta de equipamentos sociais e do baixo nível instrucional da população jovem, podem contribuir para o agravamento do quadro social, sobretudo da população jovem situada na faixa etária dos 15 aos 24 anos de idade.

⁹ PNUD. 2007 / 2008, p. 25 – 26.

Como senão fosse suficiente, o problema da urbanização acelerada poderá se complicar ainda mais, quando nos depararmos com o quadro já debilitado da saúde e da educação públicas.

Tabela 5: Porcentagem da despesa pública com saúde, educação e com o serviço da dívida total em porcentagem do PIB em países selecionados.

PAÍSES	DESPESA PÚBLICA EM % DO PIB			
	c/ SAÚDE 2004	c/ EDUCAÇÃO 2002 - 2005	SERVIÇO DA DÍVIDA TOTAL	
			1990	2005
BRASIL	4,8	4,4	1,8	7,9
FRANÇA	8,2	5,9	-	-
ALEMANHA	8,2	4,6	-	-
ITÁLIA	6,5	4,7	-	-
SUÉCIA	7,7	7,4	-	-
SUIÇA	6,7	6,0	-	-
REINO UNIDO	7,0	5,4	-	-
EUA	6,9	5,9	-	-

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 2007 / 2008 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento / PNUD. Elaboração do autor

Se pretendermos aumentar a competitividade da indústria e da economia em sentido mais amplo e, promover o desenvolvimento humano, muito ainda está por ser alcançado, notadamente no âmbito da saúde e da educação públicas. Mas, para ampliar as despesas públicas em áreas críticas – saúde, educação, habitação e urbanismo, meio-ambiente, segurança, equipamentos sociais, saneamento básico, etc. – torna-se imperativo recuperar as finanças do Estado, principalmente sua capacidade de poupar.

Convém ressaltar que de 1990 em diante, fora o intenso movimento migratório de empresas industriais motivado pela guerra fiscal, a atividade produtiva e conseqüentemente os empregos migraram das médias e grandes empresas para unidades de micro e pequeno portes.

Sem embargo, vale mencionar também que a elevada carga tributária, o excesso de burocracia e o acirramento da concorrência

contribuíram decisivamente para a imoderada ampliação do setor informal da economia, para precarização da estrutura dos empregos e as relações de trabalho.

(...) houve, entre os anos de 1970 e 1985, um processo de desconcentração industrial no país e com isso, naturalmente, São Paulo, o principal estado fabril brasileiro, perdeu participação no valor de transformação industrial. No entanto, essa desconcentração não aconteceu igualmente em todo o estado, muito pelo contrário, se a análise levar em conta a divisão geográfica, foi a RMSP que viu sua participação na produção industrial nacional cair. O interior de São Paulo, de maneira oposta, observou até crescimento¹⁰

A manifestação de deseconomias de aglomeração de um lado e as possibilidades de obtenção de ganhos advindos de outras vantagens comparativas (estáticas ou dinâmicas) induzem e/ou motivam a movimentação do capital por diferentes setores e/ou localidades, sendo tal mobilidade intrínseca à sua própria dinâmica.

O governo toma decididamente o rumo da inserção internacional subordinada, cada vez mais atrelando o funcionamento da economia nacional aos designos dos mercados financeiro internacional e nacional. (...). De um lado, a séria desnacionalização da produção e dos serviços; as irresponsáveis privatizações para fazer caixa e o comprometimento da infra-estrutura; o brutal agravamento do desemprego e da crise social, particularmente no que se refere às metrópoles e grandes cidades. De outro, o desmonte do Estado, cuja face mais gritante é a falência da segurança pública, a explosão da criminalidade e as profundas distorções na justiça, sem falar das epidemias e das intoleráveis carências nas áreas de saúde e saneamento

¹⁰ POCHMANN, Márcio. [org.]. *Perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.106.

público, de educação, de habitação e dos transportes urbanos de massa etc.¹¹

Em se tratando de desenvolvimento, as questões de natureza econômica, social, política, etc são apenas algumas das suas dimensões. Os problemas de habitação, saneamento básico, de educação, de promoção da justiça, de inclusão social, de promoção dos direitos e da cidadania, entre outros, constituem outra dimensão do desenvolvimento. Logo, trata-se de um processo complexo cujas interfaces demandam, para a sua devida compreensão e implementação, significativa mudança na cultura das sociedades.

A idéia de desenvolvimento está no centro da visão de mundo que prevalece na época atual. A partir dela o homem é visto como um fator de transformação, tanto do contexto social e ecológico em que está inserido como de si mesmo.

(...) Uma vez que a idéia de desenvolvimento refere-se diretamente à realização das potencialidades do homem, é natural que ela contenha, ainda que apenas implicitamente, uma mensagem de sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criativo.¹²

Sem a devida pretensão de emitir algum juízo de valor, acreditamos que ainda temos um longo e árduo caminho a percorrer, cujo *timing* será decisivo, quer para o aumento, quer para a redução da distância que nos separa das sociedades desenvolvidas. Contudo, convém ainda assinalar que não basta que o suprimento das necessidades, sobretudo daquelas

¹¹ PRONI, Marcelo Weishaupt & HENRIQUE, Wilnês. (orgs.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil dos anos 90*. – São Paulo: Editora UNESP, Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003. p. 26.

¹² FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 105.

consideradas básicas, seja atendido, para acreditarmos que estamos nos desenvolvendo. Ledo engano, pois, ao admitirmos que essa idéia seja verdadeira, estaríamos reduzindo o homem a uma de suas dimensões. Assim, a noção de homem e a noção aí circunscrita de desenvolvimento, seriam por si limitadas em demasia.

A aventura da cidade é, além do mais, condicionada por seu estado econômico. A cidade feliz não deve ser demasiado rico, nem demasiado pobre, pois enquanto a riqueza engendra a ociosidade e a moleza, a pobreza faz nascer a inveja e os baixos sentimentos, sempre acompanhados de um triste séqüito de desordens. Quanto ao território, o justo limite intransponível é o que conserva ao Estado a sua perfeita unidade. Tal unidade é, com efeito, princípio essencial de duração e força. Uma cidade cujas classes estejam unidas, mesmo que disponha apenas de mil combatentes, supera, em real poder, cidades que parecem bem maiores, mas cujas classes se apresentam divididas. O melhor meio de manter a unidade e a união é salvaguardar as instituições estabelecidas, sobretudo no que concerne à educação.¹³

Ora, as questões até então examinadas, muito embora restritas ao problema do desenvolvimento industrial retratam em maior ou menor proporção o cotidiano das cidades brasileiras. Assim, compreender a cidade, sua gênese, sua evolução, seus contrastes, seus limites e suas possibilidades, não é tarefa tão simples, principalmente, em se tratando de aglomerações que já atingiram certo grau de complexidade.

Os problemas de ocupação e uso do solo, saneamento básico, educação, de geração de emprego e renda, equipamentos sociais, cultura, lazer e entretenimento, coleta e armazenamento de lixo, acessibilidade, promoção da justiça e da cidadania, violência e delinquência juvenil, a questão da vulnerabilidade social, etc refletem por si mesmos a amplitude e a

¹³ PLATÃO. *A República*. Trad. de J. Guinsburg. – São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. p. 25-26.

complexidade da questão urbana, como também e, principalmente, o desenvolvimento.

Contudo, se o desenvolvimento é um processo de transformação no qual o homem é capaz de “manifestar suas aspirações e seu gênio criativo” como afirmara Furtado, podemos assim entendê-lo e concebê-lo como sendo um processo político de construção e participação cidadã. Sendo ainda o desenvolvimento um processo de transformação que se materializa no território, ou seja, na cidade – limite que conforme Platão conserva ao Estado sua unidade – promovê-lo requer manter a união e salvaguardar as instituições, logo, trata-se de um processo político-institucional.

A ação única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política: mas esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda a vida política¹⁴.

Assim, a transformação do contexto social e ecológico e de si mesmo, bem como a realização das potencialidades do homem não dependem apenas do pensamento e da reflexão, mas, sobretudo da ação. Portanto, acreditamos que tanto Furtado como Arendt não apenas valorizam a participação política, consideram-na sim, essencial para a realização do homem.

Numa sociedade democrática, inibir, limitar e/ou impedir a participação política do cidadão é puro ato de castração dos direitos e da cidadania, é violação da liberdade, atitude típica dos regimes autocráticos e autoritários.

¹⁴ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução: Roberto Raposo. 9. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. p. 15.

Franca e o desenvolvimento local: desafios e possibilidades

Diante dos questionamentos até então analisados, podemos em se tratando de desenvolvimento local interrogar: até que ponto este conjunto de problemas é recorrente e relevante para o município?

Até 1940, o PIB de Franca era em aproximadamente quase 50% de origem agrícola. De 1950 em diante, a indústria assumiu o comando da economia local. As plantas industriais pré-existentes ampliaram-se, expandindo a capacidade de oferta, atraindo fluxos migratórios que contribuíram sobremaneira para o aumento da população local. A indústria desenvolveu-se verticalizando-se, emergindo daí o que se denomina aglomeração industrial. Até a década de 1980, o padrão da indústria configurava significativa predominância das plantas industriais de médio e grande portes.

O crescimento da população, a quantidade de empregos diretos e indiretos ocupados na indústria e em toda a cadeia produtiva ampliaram a massa de salários, aumentando o consumo local, criando assim, condições favoráveis para o desenvolvimento do comércio e dos serviços. A demanda por infra-estrutura social e urbana também aumentou, requerendo por sua vez, investimentos públicos suscetíveis de acompanharem sua dinâmica.

Contudo, a década de 90 seria sem dúvida marcante para o município. A indústria foi impelida a realizar expressivo ajuste estrutural. As plantas industriais de grande porte praticamente desapareceram, dando assim novo contorno à indústria.

A compressão dos investimentos públicos ampliou e agravou os problemas urbanos e sociais. O desemprego e a falta de oportunidades para os jovens de 15 a 25 anos alimentaram a situação de delinquência e criminalidade juvenil.

As populações carentes sofreram sobremaneira as conseqüências da reestruturação da indústria e do fraco dinamismo do investimento privado,

cuja seqüela traduziu-se na situação de preocupante vulnerabilidade social. A população idosa aumentou e, juntamente com as populações carentes, pressionam por investimentos públicos em equipamentos sociais. A frota de veículos descreve trajetória crescente, requerendo por sua vez, investimentos na recuperação e ampliação da malha rodoviária urbana.

A ocupação e uso do solo demandam no âmbito da política pública orientação adequada e medidas eficazes de preservação ambiental e de prevenção de riscos, do mesmo modo que tal indicação é válida para o problema da acessibilidade.

O crescimento da população para os próximos anos traz consigo outras e desafiadoras preocupações: a) necessidade de suprir a demanda habitacional; b) ampliação do consumo de água potável e de energia elétrica (residencial, industrial, comercial, etc.); c) crescimento da frota de veículos e aumento da poluição ambiental e sonora; d) aumento da produção de lixo e de detritos orgânicos; e) necessidade de emprego e geração de renda; f) novos equipamentos sociais, entre outros.

Diante deste quadro resumido de questões antigas e de novos desafios, o que se pretende colocar em discussão é: o governo municipal consegue promover o desenvolvimento atendendo no tempo tais questões?

A resposta para tal questionamento não pode e nem deve assumir caráter demagógico, muito menos populista. Somos partidários de que a situação presente combinada com as perspectivas de futuro não permitem mais tratamento baseado exclusivamente no critério subjetivo da vontade política de alguns poucos.

A cidade é um organismo vivo, dinâmico, cujo desenvolvimento produz sem margem de dúvida tensões e conflitos. A cidade é um território político onde os grupos econômicos e sociais possuem diferentes orientações e interesses. A cidade é também território de produção, de distribuição e de consumo, arena em que se trava constante conflito entre forças antagônicas. Na economia, aqueles que possuem e/ou administram os meios de produção

são submetidos à intensa concorrência e ao perseguirem a obtenção de lucros, via de regra são forçados a praticarem medidas muitas vezes incompatíveis com objetivos de caráter social.

Vale lembrar que enquanto os proprietários de capital – que detêm e controlam os meios de produção e comandam o trabalho – desejam apropriar-se de maior parcela do produto social (lucros), os trabalhadores que são comandados, em sentido oposto, lutam por uma participação maior deste mesmo produto (salários), configurando deste modo o tradicional conflito distributivo lucros versus salários. Sendo assim, convém salientar que as condições de crescimento da economia e de reprodução da força de trabalho são definidas pelas proporções nas quais o produto da economia é distribuído entre os membros da sociedade.

No município de Franca, sua atividade econômica de base ainda vivencia um processo de reestruturação que poderá resultar em razão das estratégias a serem adotadas num novo formato industrial.

Outra questão local que sinaliza para uma maior articulação entre o público e o privado se manifesta concretamente por meio da acumulação de capital materializada sob a forma do surgimento de novas empresas, traço marcante da capacidade empreendedora dos seus respectivos cidadãos, fenômeno este que requer atenção especial, tanto em termos de orientação, como e, principalmente, em preocupação com a formação e capacitação destes empreendedores.

À medida que novas vocações são despertadas, delas emergem novas demandas, sobretudo quando as primeiras se materializam sob a forma de novas inversões. Daí, a emergência do envolvimento da administração pública local nos termos de políticas públicas suscetíveis de proporcionar a alavancagem dessas iniciativas.

Entre outros também importantes, um dos grandes desafios para o município de Franca acreditamos ser, de um lado manter e possibilitar novo impulso modernizador da indústria calçadista e da sua cadeia produtiva, por

outro lado, estimular e encorajar novos e diversificados empreendimentos. Tais iniciativas se fazem necessárias quando pensamos no desenvolvimento econômico, destacando o desejo de ampliar a base exportadora e diversificar a estrutura da indústria e da economia local.

Daí decorre o imperativo esforço de participação conjunta do governo local, agência de desenvolvimento, universidades, associações de classes, instituições de fomento (bancos comerciais, caixas econômicas, etc), entre outros.

Acreditamos e defendemos a idéia de que a promoção do desenvolvimento requer a construção de um plano de desenvolvimento local capaz de “articular e mobilizar os atores” envolvidos nesse processo, vale dizer, governo local com a sociedade civil.

(...), a questão é como reverter o quadro de exclusão socioterritorial, inter-regional e intra-urbano produzido pelo desenvolvimento desigual brasileiro associado ao urbanismo de risco. Isso pressupõe uma nova política de investimentos e uma nova estratégia de regulação. Entretanto, estas não serão possíveis se não se democratizar o processo de tomada de decisões sobre os investimentos e o controle do território urbano. Os conselhos de desenvolvimento e política urbana, as instâncias de participação popular no conjunto dos processos são instrumentos que agem nesse sentido, abrindo espaços reais de interlocução para que os setores populares possam efetivamente interferir na construção de um projeto de cidade.¹⁵

Os Conselhos Municipais e os Centros Comunitários, legítimos representantes da sociedade civil, são atores e parceiros deveras importantes, uma vez que são os interlocutores de representativos segmentos populares,

¹⁵ ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. Cidades e políticas urbanas no Brasil: velhas questões, novos desafios. In: *Brasil no Limiar do Século XXI: alternativas para a Construção de uma sociedade sustentável*. Henrique Rattner (org.). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 121-122.

cujas demandas devem integrar o projeto de cidade a ser elaborado juntamente com a administração pública municipal.

Cumprido, no entanto, salientar que a politização da sociedade civil clama a nosso ver pela despolitização da política pública conduzida pelo governo. Deste modo, acreditamos que harmonizar as relações entre a sociedade civil e o governo local, seja de cabal importância na construção da governança local.

Para que tal propositura se torne concreta, entendemos ser vital a substituição do tratamento subjetivo pelo critério da racionalidade. De outra forma, queremos dizer que as questões de políticas públicas sejam preferencialmente tratadas segundo critério técnico, ao invés da preponderância do critério político apenas.

Outro importante segmento da sociedade civil é aquele constituído pelos atores corporativos – empresários, sindicatos, etc. – os quais, por sua vez, devem fazer-se presentes na construção do projeto de cidade, bem como, na promoção do desenvolvimento econômico e social local.

O tema do desenvolvimento local ganha importância no cenário de redemocratização do país como uma alternativa de intervenção articulada de novos atores sociais e políticos na *reorientação da ação* do Estado, no sentido de atender aos objetivos de construção da cidadania e da melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Nesse sentido, coloca-se como um novo patamar de um processo de lutas sociais. (...) É importante identificar o município como essa unidade política que atua sobre uma base territorial por conta da questão da governabilidade. Um projeto de desenvolvimento local, que articule e mobilize os atores do desenvolvimento, precisa se apoiar nas iniciativas da

sociedade civil, mas necessita do estímulo e da articulação dos governos locais para se viabilizar.¹⁶

Não poderíamos isentar a universidade do papel e da responsabilidade que lhe é conferida, posto que, essa instituição é deveras importante para o desenvolvimento local através das atividades de ensino – pesquisa - extensão.

O papel que, venham a desempenhar nossas universidades dependerá, certamente, da forma como elas se insiram na vida social. Para identificar os verdadeiros problemas da região – aqueles de cuja solução depende a melhoria das condições de vida da massa da população – faz-se necessário um contato direto com a realidade social em seus múltiplos aspectos. Coloca-se, assim, em primeiro plano, o tema da organização da pesquisa, cujo objetivo central deve ser a identificação da realidade regional captada em seus múltiplos aspectos e não como reflexo da visão própria dos pesquisadores, ou do ângulo particular de grupos sociais que exercem o poder ou simplesmente negam a *priori* legitimidade a esse poder.¹⁷

Diante dos argumentos de Bava e de Furtado, cabe-nos senão refletir a respeito do desenvolvimento local como um processo de participação e de construção coletivo e não como uma decisão unilateral baseada na visão e nos interesses de grupos sociais que dotados de poder e influência, possam impor a sua vontade em detrimento da vontade e das aspirações dos outros.

Quando pensamos em desenvolvimento local, o desenho organizacional serve como referência, pois, o que de fato importa são as

¹⁶ BAVA, Silvio Caccia. *Desenvolvimento local uma alternativa para a crise social?* – São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva: Fundação SEADE, 10 (3) 1996, p. 58.

¹⁷ FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 61.

atitudes concretas passíveis de serem iniciadas através da “Carta de Princípios” e do “Planejamento Estratégico Local”.

Esquema 1: Desenvolvimento local: instituições da governança local.



Fonte: Elaboração do autor

Diante disto, a cultura do isolamento e do individualismo, a gestão centralizada das decisões e dos investimentos públicos fazem parte do passado. Se somos partidários de Platão, Furtado e Arendt, acreditamos e defendemos a idéia de desenvolvimento – nos quadros de uma sociedade democrática – enquanto processo participativo, político-institucional de construção cidadã. Para tanto, a sociedade civil devidamente representada, articulada com o governo local, são indispensáveis na construção da governança local.

A privação do direito de participar, de manifestar suas aspirações, de exercer o seu gênio criativo são atitudes que conspiram contra a liberdade e fragilizam a própria democracia.

A bem da verdade, a sociedade brasileira já está de certo modo acostumada, porém, saturada do fosso abissal que a separa do discurso intencional da prática convencional.

Considerações finais

Caso pretendemos promover o desenvolvimento pleno, devemos canalizar esforços no sentido de sensibilizar, motivar e incluir a sociedade civil para que, em parceria com o governo local, seja possível construir um projeto local de desenvolvimento orientado para melhorar a qualidade de vida, resgatar a cidadania e promover a justiça.

Vale dizer que tal empreendimento requer sem sombra de dúvida (re)educar-se para (re)construir, demandando por sua vez a compreensão da educação não como processo fragmentado ou fragmentador, mas sim como parte de um sistema social. Lembrando que governo local e sociedade civil fazem parte desse sistema social, logo, precisam ser (re)educados.

Acrescentamos ainda que pensar e promover o desenvolvimento requer ousadia e criatividade como recomendara o mestre Furtado. Convém lembrar e ressaltar que Franca projetou-se nacionalmente, assim como, conquistou o reconhecimento internacional, devido a ousadia e criatividade de homens que no passado enfrentaram desafios e, sobretudo, acreditaram.

Para o futuro próximo, os desafios são e serão maiores, motivo que nos faz abonar que as virtudes pessoais de ousadia e criatividade não mais devam ser exercidas no isolamento, e sim, enquanto energias a serem canalizadas e empregadas de forma complementar e participativa.

Se pretendemos no presente lançar as bases de uma sociedade melhor para o futuro esta decisão não mais pode ser postergada, mesmo porque, alcançar tal objetivo requer espaço de tempo bem mais dilatado.

Além do que são necessárias outras mudanças em termos de organização e de caráter institucional que devem ser implementadas. De um lado, torna-se mister sensibilizar por meio da liderança política legitimada – governo local – os demais atores representativos da sociedade civil para participarem da formulação do projeto de desenvolvimento local, vale dizer inclusive e principalmente da formatação da estrutura de governança local. Por outro lado, o projeto local de desenvolvimento para não submeter-se à ação da descontinuidade política e gerencial deverá ser formalizado e devidamente institucionalizado enquanto aspiração legítima da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução: Roberto Raposo. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

BAVA, Silvio Caccia. *Desenvolvimento local uma alternativa para a crise social?* – São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva: Fundação SEADE, 10 (3) 1996.

CANO, Wilson. *Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento*. Revista de Economia Política São Paulo: Brasiliense, vol. 9, n° 1, Janeiro-março/1989.

COSTA, Manoel Augusto. O problema demográfico e as migrações internas. In: *Estratégia social e desenvolvimento*. João Paulo dos Reis Velloso (coord.). Fórum Nacional – Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

COUTINHO, Luciano & FERRAZ, João Carlos. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S.A., 1964.

LA TRANSFORMACIÓN PRODUCTIVA 20 AÑOS DESPUÉS. VIEJOS PROBLEMAS, NUEVAS OPORTUNIDADES. Cap III – Innovación y desarrollo económico. CEPAL (Comissão Económica para a América Latina). Santiago do Chile, Naciones Unidas, Mayo de 2008.

PLATÃO. *A República*. Tradução: J. Guinsburg. – São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 14 ed. – São Paulo: Contexto, 1998.

POCHMANN, Márcio. [org.]. *Perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PRONI, Marcelo Weishaupt & HENRIQUE, Wilnês. (orgs.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil dos anos 90*. – São Paulo: UNESP, Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. Cidades e políticas urbanas no Brasil: velhas questões, novos desafios. In: *Brasil no Limiar do Século XXI: alternativas para a Construção de uma sociedade sustentável*. Henrique Rattner (org.). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

<http://unstats.un.org/unsd/snaama/resultsGPD.asp?Series> - United Nations Statistics Division – National Accounts – 03/04/2009, 23:52.

Relatório do Desenvolvimento Humano 2007 / 2008 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento / PNUD

